

GRUPO DE TRABALHO:
GT07: A EMERGÊNCIA E A TRANSFORMAÇÃO DO PROTESTO EM
ESTADOS SOCIALISTAS / GT08. MOVIMENTOS SOCIAIS E MUDANÇA
POLÍTICA

DE JUNHO DE 2013 AO GOLPE PARLAMENTAR:
POLIFONIA, CONTRADIÇÕES, ATORES E IMPACTOS

Francisco Fonseca (FGV/Eaesp e PUC/SP)

INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO

Esta comunicação objetiva refletir sobre as razões e características que marcaram os protestos de junho de 2013 no Brasil e suas apropriações por grupos distintos (assimétricos e antitéticos), notadamente conservadores. Paralelamente, pretende-se analisar o papel de certos atores estratégicos - tais como o "Movimento pelo Passe Livre", diversos think tanks nacionais e internacional e a grande mídia - e sobretudo os impactos que tais protestos legaram ao processo de desestabilização político/ideológica que levou ao golpe parlamentar que ceifou a presidente eleita Dilma Rousseff da Presidência da República.

Por meio da análise da conjuntura, da bibliografia publicada a respeito e da reflexão orientada pela perspectiva gramsciana, em que se sobressaem conceitos como "hegemonia", "contra-hegemonia", "aparelhos privados de hegemonia", "intelectuais orgânicos", "bloco histórico", entre outros, pretende-se descortinar o que, para determinada cepa da literatura, implicou a ascensão dos grupos à direita no espectro, caso, entre outros, do "Movimento Brasil Livre" (MBL).

Deve-se ressaltar o papel das instituições políticas e do sistema partidário - no contexto do Sistema Político como um todo - perante os protestos de junho de 2013, o que implica analisar o papel da institucionalidade formal.

Pretende-se estabelecer conexões entre os eventos de 2013 com os de 2015 e 2016 (protestos das classes médias a favor da deposição da presidenta legítima) que levaram à deposição da presidente Dilma. Tais conexões, contudo, têm como premissa que tanto junho de 2013 como as "manifestações da direita" em 2015/16 são fenômenos complexos, com múltiplas variáveis. Isso implica refutar relações simplistas e monocausais.

Ressalte-se ser o papel da grande mídia e também das "mídias alternativas" fundamentais em ambos os processos, uma vez que procuraram, sobretudo a grande mídia comercial, "dirigir" o movimento polifônico, fornecendo-lhe diretrizes, narrativas e estratégias que, afinal, se sobrepuseram - ao menos aparentemente - às manifestações à esquerda e autonomistas.

A reflexão, portanto, procurará observar a complexidade dos fenômenos, tentando compreender os possíveis sentidos: à luz dos conflitos de classe, da história e da correlação de forças.

Para tanto, utilizei-me de alguns artigos que venho escrevendo no Portal CartaMaior – onde tenho uma coluna assistemática – desde 2013 aos dias de hoje, aqui retrabalhados, articulados e atualizados. A opção por reunir esse conjunto de artigos justifica-se por retratar, à época dos acontecimentos, o conjunto de argumentos aqui sistematizados como um vetor do movimento histórico, isto é, a ascensão de forças políticas conservadoras. Além do mais, a utilização desses artigos intenta encetar caráter mais ensaístico a respeito de um tema que não se encerrou, uma vez que predominante na atual correlação de forças no Brasil, caso da hegemonia neoliberal, conservadora e autoritária. Assim, partes dos artigos foram excluídas e manteve-se deliberadamente o tempo verbal da época em que foram escritos, com algumas atualizações.

JUNHO DE 2013 E O ESGOTAMENTO DA ALIANÇA CONSERVADORA DE CLASSES¹

As manifestações de junho, e mesmo de julho/2013, abalaram o país. Os desdobramentos que daí advieram, do ponto de vista das demandas por reformas, em boa medida ou retroagiram ou foram postergados para as calendas. Mas, mais importante, tal conjuntura parece apontar para um aspecto central da política: o esgotamento da aliança conservadora de classes organizada sob o lulismo, posteriormente confirmado.

Conjunturas podem, por vezes, revelar – normalmente de maneira polifônica – situações de mudança estrutural, como aparentemente é o caso. Embora não se tenha completa clareza do significado das manifestações que, a rigor, continuam por motivações diversas, revelando disputas ideológicas e conseqüentemente de poder, o fato é que o chamado “pacto de classes” instaurado pelo Governo Lula está em crise, sendo o Governo Dilma sua expressão.

¹ Artigo originalmente publicado em 05/08/2013.

Tal pacto sob Lula inseriu, como apenas os Governos Vargas de certa forma o haviam feito, os miseráveis e os pobres, assim como os setores populares organizados, tais como os movimentos sociais e o sindical, mas não enfrentou os privilégios das classes médias superiores e do grande Capital, aí incluídos os rentista. Exemplos claros dessa aliança “pelo alto” são o imobilismo perante um conjunto de reformas não realizadas, tais como, entre outras: a reforma tributária, tendo em vista o perverso e iníquo modelo brasileiro que extrai dos mais pobres proporcionalmente mais impostos do que dos mais ricos, assim como a não retomada do debate acerca dos impostos sobre grandes fortunas. Ainda mais grave se torna esse quadro em razão da histórica desigualdade social no país; a sangria dos juros da dívida interna, que favorece cerca de vinte mil famílias de rentistas, incluindo-se os grandes bancos, e que foi ampliada (a dívida) com os aumentos periódicos das taxas de juros; a estrutura fundiária/agrícola, articulada ao agronegócio, cuja contribuição para o PIB pela via das exportações paralisou qualquer tentativa de reforma estrutural do campo; o oligopólio midiático, responsável pela criminalização dos movimentos sociais, pela desqualificação das instituições políticas e pelo golpismo como forma de ação política reagente a qualquer reforma democrático/popular: os órgãos de comunicação representam justamente as classes médias superiores e o Capital. Esse oligopólio não foi combatido, pelo contrário, como o demonstram os ministros das Comunicações dos governos Lula e Dilma (Hélio Costa e Paulo Bernardo); a estrutura creditícia federal, fortemente vinculada aos interesses do grande capital (por meio do BNDES, mas também do BB e da CEF): embora tenham efeitos propagadores ao emprego e à renda, a manutenção dessa estrutura não permitiu a reversão do ciclo histórico da apropriação do Estado pelas elites econômicas; o sistema político privatizado, por meio da consolidação do “caixa dois” e da fragmentação partidária voltada em boa medida aos “negócios”, tendo em vista a lógica das coligações/coalizões, no contexto da permanentemente postergada reforma política; a participação popular, o controle social e a transparência como aspectos cruciais – e que obtiveram avanços –, mas não “radicalizados” a ponto de criar novas correlações de força na sociedade, o que inclui a cooptação do movimento social e sindical pelos aparatos estatais; a estrutura simbólica, representada pela ideologia, segue os padrões históricos – estéticos e substantivos – estadunidenses, o que implica a manutenção do caráter dependente e associado da produção cultural nacional e o descaso quanto à defesa da língua como elemento fundante da soberania, contrariamente à experiência francesa, apenas para citar dois exemplos; a

exceção parece ter sido a política exterior, uma vez que se buscou aproximações com a América Latina, o Oriente Médio, a África e outros países fora da tradicional vinculação ao hemisfério norte.

É claro que houve inúmeros avanços, atestados por diversos indicadores, mas tais avanços não lograram construir um país distinto quanto a mudanças estruturais. Em outras palavras, o modelo incremental lulista, de pacto “de todos com todos”, embora represente avanço tendo em vista o conservadorismo voltado às “classes médias e ao Capital” vigente até então – isto é, dos militares a FHC –, de forma alguma expressou o vetor hegemônico no tocante às reformas sociais, econômicas, político/institucionais e ideológicas. Ao contrário, os inúmeros avanços ocorreram nas franjas do *statu quo*, sem colocar em xeque as estruturas dos grandes privilégios e iniquidades. Vejamos como esse processo ocorreu:

- A inclusão social se dá pelo consumo: daí o viés consumista da chamada “nova” classe média que, de forma não casual, tende ao conservadorismo político/ideológico. A aliança com o Capital passa, portanto, também pelo aumento do mercado consumidor. Nesse sentido, a privatização de Collor/FHC se sustentou pela maior oferta de serviços, mas não teve como contrapartida aparatos estatais capazes de enfrentar as mazelas da “privatização selvagem” levada a cabo. Exemplo cabal refere-se à hegemonia do Capital sobre o consumidor expresso pela fragilidade das agências reguladoras. Tal fragilidade do Estado brasileiro tem impacto brutal no cotidiano dos cidadãos: as áreas de telefonia e de seguro privado de saúde são demonstrações cabais do “inferno privatizado” que vive o brasileiro, mesmo das classes médias. Afinal, a “popularização” dos serviços privados mostrou-se tão ou mais ineficiente do que a vivenciada pela experiência de serviços estatais. A privatização fora, contudo, até então desejo de diversos setores da sociedade, seduzidos pelo discurso midiático maniqueísta de que o Estado seria a fonte de todos os males e o setor privado immanentemente eficiente e eficaz: cantilena ideológica da “soberania do consumidor”.

- A relação Capital/Trabalho vem sendo rearranjada vigorosamente pró-Capital com a derrocada real e cotidiana da CLT – embora juridicamente se mantenha –, uma vez que:
a) a precarização do trabalho, por meio de toda forma de terceirização, de trabalho “autônomo” e parcial fragiliza o trabalhador; b) particularmente a chamada pejotização

da economia corrói profunda e sorrateiramente os direitos trabalhistas; e c) tanto a demanda história pela jornada de 40 horas como o altíssimo número de horas extras, além dos incríveis números de acidentes no ambiente do trabalho, se mantém, denotando a manutenção de padrões históricos de acumulação capitalista no país. É claro que o chamado “modelo flexível de acumulação” (pós-fordista) contribui fortemente para tanto, mas não é suficiente para a compreensão histórica da precariedade do trabalho no Brasil.

- A universalização dos direitos sociais (SUS, SUAS, educação pública etc) mantém-se aquém das necessidades dos cidadãos comuns, pobres, que são a maioria esmagadora dos brasileiros. Claramente não se investiu o suficiente para reverter a dura realidade dos fatores cruciais que constituem a vida cotidiana: daí a atualidade da retomada da agenda pelos 10% do PIB para a educação, da CPMF como fonte de financiamento da saúde, e da desoneração tributária/subsídio do transporte coletivo pelo individual ao transporte coletivo. Paralelamente ao financiamento, problemas relacionados à gestão das políticas sociais representam igualmente sérios problemas a serem resolvidos. Não será, contudo, a cantilena privatista e gerencial que irá resolver os problemas públicos. Basta lembrar que, por exemplo, o SUS tem na iniciativa privada seus principais fornecedores, que movimentam milhões de reais, assim como a chamada contratualização dos serviços públicos (pela via das Organizações Sociais e das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público) não dinamizaram a Administração Pública, tal como prometera. Somente após o golpe de 2016 a CLT foi efetivamente derogada.

Dessa forma, pode-se afirmar que as manifestações de junho/julho, mesmo que polifônicas, aparentemente apontam para o esgotamento do pacto incremental e conservador articulado pelo lulismo: por não enfrentar os grandes poderes constituídos, por agir apenas nas franjas do sistema de poder e por não “radicalizar a democracia”. A saída, portanto, é virar à esquerda, num rearranjo de poderes que privilegie os pobres por meio do orçamento voltado às reais necessidades populares, por políticas públicas transformadoras, pela real universalização de direitos, e sobretudo por uma nova correlação de forças capaz de reestruturar o Estado no sentido de dirigir o capitalismo. São tarefas urgentes, pois demandas vigorosas dos setores populares, tanto os articulados em movimentos sociais como as vozes – progressistas – que ecoam das ruas.

Nada disso é fácil, assim como não há panaceias. Mas as manifestações de junho, sobretudo, demonstraram que o tempo histórico foi acelerado. Isso significa ser possível uma nova correlação de forças capaz de, por meio de um projeto político à

esquerda, criar um novo ciclo histórico no país. O significado de “realismo” e “do que é possível” se alterou rapidamente. A ágil compreensão desse fenômeno é fundamental, mas sobretudo a ação com vistas a um projeto político transformador está aberta como poucas vezes esteve! Mas as disputas político/ideológicas estão mais acirradas, o que implica igualmente maiores riscos!

Em síntese, o grande pacto incremental – imaneamente conservador, apesar de seus avanços – aparentemente entrou em crise, sendo a contenda eleitoral a exteriorização, em termos institucionais, dos fenômenos sociais/econômicos e político/ideológicos. Esta sociologia política, a partir da conjuntura, nos permite analisar tais fenômenos para ver neles o que é mais profundo. Como se viu após o golpe de 2016, a virada se deu fundamentalmente à direita, embora os projetos continuassem em disputa.

A DISPUTA PELA DIREÇÃO DOS MOVIMENTOS DE RUA²

O movimento social que tomou as ruas desde junho, capitaneado pela demanda pelo Passe Livre, encerrou-se quando do recuo de vários governos (municipais e estaduais) no tocante ao aumento das passagens do transporte coletivo. Representou o primeiro momento, vitorioso, dos protestos que vêm mobilizando o país.

Logo em seguida – um segundo momento, em parte ativado pela incrível brutalidade repressiva da polícia, que vitimou manifestantes e jornalistas, entre outros personagens –, uma pluralidade de grupos, sobretudo contrários aos partidos e às instituições representativas, foram às ruas e lançaram um sem-número de temas, de forma difusa ou ostensiva: de um lado os defensores da extinção dos partidos, críticos genéricos da corrupção, apoiadores do impeachment da presidente Dilma e o afastamento do presidente do Senado, e os praticantes da depredação do patrimônio público (grupos de extrema direita) cujo objetivo é tumultuar o ambiente político e provocar o caos para instilar a violência política e a extinção da democracia institucional; de outro, demandantes da melhoria dos serviços públicos, entre os quais o próprio movimento “passe livre”, partidários de esquerda e progressistas com demandas vinculadas aos direitos universalizantes e em prol da predominância dos direitos coletivos sobre os individuais, o que implica a apropriação da cidade pela maior parte dos cidadãos. De forma intermediária, defensores e opositores de vários Projetos de Emenda Constitucional, grupos defensores de demandas relacionadas a grupos minoritários,

² Artigo originalmente publicado em 03/07/2013.

demandas corporativas e aos poucos também trabalhistas, dentre uma infinidade de outros temas apareceram, deixando os políticos e os analistas da política – em sentido amplo – perplexos. Em meio a essas vozes, black blocs, expressão do anarquismo, mais atrapalharam do que contribuíram.

Esse segundo momento aparentemente já foi superado – reforçando a fluidez da conjuntura – pela reação do Governo Federal em propor pactos nacionais, notadamente quanto à reforma do sistema político: estaríamos, portanto, vivenciando um terceiro momento político, em que a proposta de um plebiscito, com idas e vindas, vem mobilizando o núcleo político do Governo Federal, os partidos políticos e a sociedade politicamente organizada, além, é claro, da mídia. Estaríamos talvez já numa quarta fase, em que a proposta de plebiscito, elaborada pelo Executivo – cujo conteúdo é objeto de disputa –, deverá ser enviada ao Congresso Nacional. Como se viu posteriormente, o Governo Dilma foi solenemente derrotado nessas propostas.

Voltando aos três (ou quatro) momentos políticos, não apenas as manifestações continuam pelo país afora como a agenda política alterou-se vigorosamente. O que era considerado impossível pela régua da governabilidade há um mês tornou-se muito rapidamente possível e sobretudo factível! Isso coloca em xeque o pressuposto do híper realismo político – que dominou o primeiro Governo Lula e que dominava até então o Governo Dilma – quanto ao que é possível reformar. Essa aceleração do tempo histórico abre, dessa forma, um sem-número de possibilidades, assim como de riscos às reformas profundas com vetor democratizante e progressista. Daí o papel fundamental da direção político/ideológica do movimento social e de seus impactos à vida política.

Especificamente quanto à reforma política – porta de entrada para o retrocesso ou para a radicalização da democracia –, não basta centrar-se, como aparentemente tem feito o Governo Dilma, inicialmente na investidura constituinte do Congresso Nacional ou, agora, no plebiscito quanto à reforma política, uma vez que o atual sistema político (fortemente privatizado, reitere-se) tende a ser conservador e garantidor dos interesses instituídos. Embora a pressão popular possa, em tese, pautar a reforma política, tal pressão corre o forte risco de ser dirigida pelos interesses conservadores e do *statu quo* e que tem na grande mídia seu baluarte: leia-se Sistema Globo, Revista Veja, jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo, todos, de um jeito ou de outro, concatenados com o *think tank* neoliberais e reacionários, como o Instituto

Millenium, entre outros. A grande mídia, como se sabe, faz as vezes de “partido político” de oposição (e de organização de classes sociais), uma vez que os partidos reais (PSDB, DEM, PPS, a Rede e mesmo o PSB) são débeis em voto e em propostas. Aliás, nunca é demais lembrar a recente declaração da presidente da Associação Nacional de Jornais, Judith Brito, de que a grande imprensa ocuparia esse papel oposicionista justamente em razão da fragilidade dos partidos de ofício. Antonio Gramsci já nos ensinara que, em tempos históricos específicos, esse seria o *modus operandi* da vida burguesa.

Há, portanto, uma clara disputa político/ideológica entre retrocesso e radicalização democrática. A participação popular numa possível reforma política poderá servir como aprofundamento da privatização da vida política institucional ou como superação democrática de uma das duas reformas não realizadas no Brasil pós redemocratização: o sistema político e o sistema midiático. A reforma política necessita contar, dessa forma, com movimentos sociais, populares, sindicatos, organizações não governamentais e toda sorte de representação política não partidária, mas coletiva. Isso não pode significar a marginalização dos atuais partidos, e sim a divisão de seu poder numa Constituinte exclusiva, isto é, entre o atual sistema político – mesmo com todos os seus vícios – e os grupos da sociedade politicamente organizada. As vozes das ruas não podem se perder em seu espontaneísmo – conceito estranho à política –, e por isso necessitam de direção político/ideológica que, reitere-se, está em disputa. De um lado, as elites econômicas e as classes médias superiores, todas representadas pela grande mídia e pelo Instituto Millenium e, de outro, as vozes populares carentes e demandantes de serviços públicos universais e de qualidade: isto é, o *Welfare State*. Contudo, como demonstrou André Singer, a mobilidade social promovida pelo Governo Lula não implica necessariamente um movimento política e ideologicamente progressista, ao contrário, as vozes das ruas podem ser capturadas e moldadas pelo conservadorismo, notadamente aquilo que genericamente se denomina de “classe c”. Daí parte significativa dos protestos terem como protagonistas as classes médias – velhas e novas –, cujas bandeiras são o “combate à corrupção”, a “extinção dos partidos”, o “fim do voto obrigatório”, o “não financiamento público das campanhas políticas”, entre outros temas cuja marca é o conservadorismo.

Quem “dirigirá” política e ideologicamente as ruas – no sentido gramsciano, sem qualquer ranço autoritário, portanto? Esse atual momento político, marcado pela reação do Partido dos Trabalhadores e do Governo Federal – não inteiramente

confluentes, diga-se –, e dos trabalhadores organizados, abre grande oportunidade para que reformas em prol da democracia profunda sejam efetivas. Mas o bloco conservador – à procura de votos, pretextos e crises – enxergou a possibilidade de capturar as demandas populares em prol da manutenção da histórica desigualdade política e social. Como se viu, após 2016 o quadro foi reverso, pois capturado pelos conservadores.

A reforma política não é nem será panaceia, mas poderá contribuir para o destravamento das reformas político/sociais que o país necessita fazer, e que estão emperradas pelo sistema político e midiático montado pela ditadura militar. Essas reformas respondem a dois grandes vetores: a) sistema político verdadeiramente representativo, popular e desprivatizado (nos limites do capitalismo), cujas bases são a participação, o controle social e a transparência; b) inversão de prioridades orçamentárias, fiscais e creditícias, o que implica orientar o gasto público às necessidades populares e coletivas, e não às classes médias e superiores. Tal inversão responde pela penalização do transporte individual, em benefício do coletivo: privilegiamento das vias públicas aos ônibus, investimento maciço em transporte coletivo, aumento do preço do combustível e dos impostos ao automóvel como forma de financiar o transporte público, fim dos incentivos à indústria automobilística etc. Isso implica verdadeira cruzada pró-transporte coletivo, por meio da ampliação quantitativa e qualitativa de ônibus, metrô, trens, monotrilhos, e mesmo bicicletas, entre outras formas de inverter a lógica individualista (e poluente) denunciada pelo Movimento Passe Livre (e por grupos ambientalistas).

Para além do transporte, há uma extensa agenda social que necessita ser destravada: a redução da jornada de trabalho, a ampliação da participação dos salários no PIB, o fim da pejetização das relações de trabalho, a revisão das terceirizações – com a consequente valorização do funcionário público concursado, no caso do Estado –, a revisão do papel do BNDES perante o desenvolvimento, o que implica o financiamento a empreendimentos micro, pequenos e médios, a contrapartida das grandes empresas aos financiamentos obtidos; o fim do financiamento público ao grande sistema midiático, a institucionalização de direitos sociais, como o Bolsa Família, entre inúmeros outros.

Dessa forma, a democratização do sistema político poderá contribuir tanto para o aprofundamento da agenda social – que implica, reitere-se, inversão de prioridades – como para a reforma do sistema midiático, uma vez que fortemente responsável pela demonização das instituições e sobretudo pela criminalização dos movimentos sociais. Mais ainda, parte significativa das passeatas das classes médias tem na grande mídia

privada sua principal referência quanto à concepção de mundo que proferem: daí figuras ideologicamente obtusas do jornalismo brasileiro organizarem o pensamento, a percepção...e a ação desses segmentos médios. Daí o próprio Joaquim Barbosa ser alçado a candidato pela grande mídia, uma vez ter sido inflado no episódio do “mensalão”: naquele momento e em 2018!

A história não perdoa os que perdem o momento de agir que, agora, significa pautar, em torno dos valores democráticos profundos e transformadores, o movimento social, os partidos e os movimentos organizados na perspectiva de uma agenda democratizante...caso contrário, como se viu, os conservadores dirigem o movimento político.

DE 2013 A 2016: DO MPL AO MBL!

O golpe parlamentar efetivado em 31 de agosto foi o resultado de diversos fatores conjugados voltados à desestabilização política, institucional, social, informativa, ideológica e moral do Governo Dilma. Abaixo alguns dos principais personagens, fatores e fenômenos desse longo processo de golpeamento da democracia e de incriminação fascista de um governo e de um partido político. A forma abaixo apresentada não é necessariamente hierárquica ou cronológica, uma vez que vários dos processos elencados ocorreram de forma simultânea:

-Setores majoritários da Câmara dos Deputados, a partir da ascensão do deputado Eduardo Cunha como seu presidente, que ostensivamente, por meio das chamadas “pautas bombas” e do bloqueio de todas as iniciativas do Executivo, atuou no sentido de impedir toda e qualquer iniciativa política, econômica e administrativa do Governo Dilma;

-Tendo como mote o não reconhecimento da derrota eleitoral em 2014, o golpismo dos partidos políticos derrotados – PSDB, DEM e PPS –, paulatinamente secundados pelo PSB e, mais adiante, pelos pequenos e médios partidos de centro-direita reunidos em torno do chamado “Centrão”.

-A conspiração de segmentos empresariais internacionais e nacionais vinculados ao rentismo e a cadeias internacionais de produção, cujo objetivo era a fragilização do G-20 – e conseqüentemente do banco e do fundo recentemente criados – e a desestruturação do Mercosul, cujo vetor é a desconstrução da política exterior Sul/Sul.

-A quase totalidade dos empresários nacionais desejosos, desde sempre – isto é, mesmo a burguesia nacional privilegiada pelos governos petistas –, da derrogação dos direitos trabalhistas, prioritariamente, e também dos direitos sociais, com vistas a estabelecer “ambiente de negócios” atrativo ao Capital: nacional e estrangeiro, uma vez que cada vez mais interligados.

-As classes médias superiores, composta por profissionais liberais, pequenos burgueses, rentistas médios e todos aqueles que não vivem apenas ou necessariamente de salários, uma vez que desgostosas das políticas de ascensão social promovidas pelos governos petistas. Como se sabe, trata-se de resistência à percepção, mesmo que irreal, da perda de prestígio e privilégios, caso do acesso à universidade e a bens de consumo e serviços aos pobres.

-Setores ascendentes das classes médias baixas – aquilo que se chamou de “a nova classe média” –, cuja ascensão se deu justamente pelas políticas públicas inclusivas de Lula e Dilma, que foram, contudo, seduzidas pelo discurso ideológico da “meritocracia individual”, pendendo ao conservadorismo. Também segmentos de “inocentes úteis”, que serão fortemente penalizados pela política econômica e antissocial de Temer, caíram na armadilha ardilosa e fascista do discurso do “combate à corrupção” e passaram a apoiar, mesmo que passivamente, a desestabilização.

-A grande mídia comercial (emissoras de tvs e rádios, jornais e revistas e grandes portais da internet) que, aproveitando-se da mais completa desregulação e desregulamentação do Estado brasileiro, desde sempre, e turbinada – curiosa e paradoxalmente – por polpudos recursos publicitários dos governos petistas, lançarem-se na lancinante campanha golpista. Sua atuação desestabilizadora e golpista encontra-se em posição oposta à sua credibilidade, embora ainda com grande repercussão entre a maioria dos brasileiros. Deve-se ressaltar o papel decisivo e primordial do Sistema Globo nesse processo, voltado à desestabilização e ao golpismo, desde sempre e particularmente neste momento.

-A ação inconstitucional – portanto fartamente ilegal –, seletiva, persecutória e articulada à grande mídia comercial da Operação LavaJato, cujo objetivo passou a ser fundamentalmente destruir política e eleitoralmente o Governo Dilma, o PT e Lula. A Operação LavaJato atenta ostensiva e vigorosamente contra o Estado de Direito Democrático. O discurso moralista do suposto combate à corrupção, catalisado pelo juiz Sérgio Moro – cuja atuação é militantemente política e extra-legal, reitera-se –,

representou a porta de entrada para todo tipo de oportunismo político: jurídico, político/eleitoral, informacional, parlamentar, social e ideológico.

-A leniência do STF e da PGR aos atentados ao Estado de Direito Democrático desfechados pela Operação LavaJato, tornando-se consorciados a esta Operação num complexo continuum. Veremos, na seção a seguir, a análise sobre a partidarização das instituições do Poder Judiciário.

-A ação da Polícia Federal, componente da Operação LavaJato, com os mesmos propósitos referidos desta, e sem que o Ministério da Justiça – ao qual está submetida – no Governo Dilma, comandado por José Eduardo M. Cardoso, nada fizesse para contê-la no sentido de circunscrever sua atuação nos marcos constitucionais e republicanos.

-Os *think-tanks*, e seus financiadores, internacionais (irmãos Koch, por exemplo) e nacionais (Instituto Millenium, entre tantos outros), voltados à propaganda ideológica que instrumentalizou – e financiou – grupos como MBL, Vem pra Rua e Revoltados On Line, entre outros. Grupos empresariais igualmente participaram dessa campanha ideológica (com financiamento) antipetista, anti-governo, anti-Lula e anti-direitos sociais, trabalhistas, políticos e civis.

-Na reta final do processo – no sentido kafkaniano – do impeachment, o Senado passou a atuar de forma golpista, produzindo verdadeira peça de ficção (verdadeiro “faz-me-rir” supostamente jurídico) quanto ao suposto “crime de responsabilidade” da presidente Dilma.

-As próprias debilidades e contradições do Governo Dilma, o que inclui seu afastamento dos movimentos sociais, dos progressistas e da esquerda.

-O não enfrentamento dos grandes polos de poder e de constrangimentos às políticas progressistas, casos notórios da reforma política e do enquadramento democrático da mídia.

-A perda de hegemonia do PT levou às seguintes rupturas: o desfazimento do amplo campo de centro-esquerda, em que o PSB, o PDT e outros partidos menores ocupavam papel importante na arena partidária e parlamentar; a saída da Força Sindical (de centro-direita no espectro ideológico) e de outras centrais sindicais menores da base de apoio social e governamental, tornando-se golpistas e portanto desestabilizadoras; a ascensão da direita ideológica e raivosa em todos os setores sociais – processo advindo desde junho de 2013 – que, “saindo do armário”, passou a pautar e encurralar as ideias progressistas e de esquerda.

-A crise econômica internacional, provinda do crash de 2008 e não resolvida até os dias de hoje, mas que fora postergada acertadamente pelo Governo Dilma – embora com doses por vezes acima do recomendável – por meio das chamadas “políticas anticíclicas”. Tais políticas se esgotaram, uma vez que têm validade limitada no capitalismo. Seu esgotamento levou também ao fim da “aliança de classes” perseguida pelo Governo Lula desde a “Carta ao Povo Brasileiro” e pelo híper realismo governamental dos estrategistas dos governos petistas: o próprio Lula, conciliador desde sempre, José Dirceu, José Genuíno, entre outros. Consequentemente ruiu o – tomado como mantra – “presidencialismo de coalizão” sem que o governo e o PT conseguissem minimamente rever suas estratégias perante a nova realidade.

-Por fim, o modelo contemporâneo de acumulação capitalista – tema de meu próximo artigo –, baseado na flexibilização do capital (combinação do capital produtivo com o especulativo, com predominância deste), do consumo (obsolescência programada, produção por lotes, just in time) – ambos em pleno desenvolvimento no Brasil –, e da força de trabalho: a ser atacada nesse momento. Tudo isso num contexto de profunda interconexão internacional. Trata-se de exigência desse modelo flexível de acumulação a redução substantiva do “custo” do trabalho – tratado ideologicamente de “custo Brasil” – e da criação de “ambiente de negócios propício”, que implicaria a vinda profusa do capital estrangeiro, com supostos “benefícios” a países que, na divisão internacional do trabalho, não teriam como “competir” pela produção tecnológica e pela exportação de produtos com valor agregado, caso do Brasil (perspectiva essa já demonstrada nos Governos FHC). Os programas “Uma ponte para o futuro” e “Travessia Social”, do PMDB, publicados em fins de 2015, são peças primorosas dessa concepção retrógrada, antissocial e afinada ao rentismo e à concepção de perda daquilo que se chama “soberania nacional” e de “sociedade civilizada”. O modelo de acumulação capitalista, encarnado por capitalistas, ideólogos, *think tanks*, meios de comunicação, financiadores e tantos outros é uma força internacional, com conexões claras no Brasil, necessita ser analisado com acuidade, para além das análises institucionalistas de parte significativa da ciência política e econômica brasileiras que apenas “explicam” o “epifenômeno da superestrutura”.

De forma articulada, num verdadeiro consórcio desestabilizador com vistas ao golpe, que foi se formando ao longo dos governos petistas e se avolumando desde 2013, mas particularmente desde a reeleição da presidente Dilma, esses atores formaram

uma grande coalizão. Mesmo sem um centro articulador vertical de todas as peças, a Operação LavaJato em articulação com a mídia, empresários e *think tanks* conseguiu ter capacidade de direção que deu musculatura ao golpe parlamentar formal, encurralando setores progressistas nas ruas e nas instituições. Assim o golpe foi desfechado.

Deve-se entender “sociedade civil” como o conjunto de organizações que conflitam de forma orgânica e representativa nas arenas política, intelectual, ideológica, jurídica, institucional e outras, e que, dessa forma, representam grupos sociais, opiniões e interesses. Pois bem, a forma e o conteúdo do golpe e do “governo” Temer, dadas suas ilegalidades, ilegitimidades, imoralidades e simbologias negativas, os distanciam vigorosamente de segmentos sociais, grupos, classes e frações de classes sociais as mais distintas: de certos estratos da direita à esquerda, o que implica a perda substantiva do que se chama de centro.

A sustentação ideológica do “governo” Temer se dá, portanto, por duas camadas sociais: as classes médias superiores e parte significativa do Capital, ambas absolutamente minoritárias; e politicamente pela institucionalidade do Congresso Nacional, por meio de maioria – forjada – na Câmara e no Senado, mas com inúmeras contradições, como se viu na não cassação dos direitos políticos da presidente Dilma.

No mais, tem oposição cerrada dos trabalhadores organizados e mesmo não organizados, dos jovens, dos que têm em mira a aposentadoria, dos pobres que se beneficiam, notadamente a partir do Governo Lula, dos serviços públicos de saúde, assistência social e educação; de grande parte dos segmentos intelectualizados das classes médias, dos servidores públicos, das esquerdas, dos progressistas, dos liberais que se pautam pelo Estado de Direito Democrático (o que inclui parte substantiva do Poder Judiciário); de um sem número de artistas, esportistas, personalidades das mais diversas áreas; entre inúmeros outros. Portanto, o pós-golpe só poderá, em última instância, se sustentar na violência judiciária e mesmo policial e no apoio da grande mídia carcomida, cuja credibilidade e sustentabilidade financeira decaem vigorosamente.

As reformas neoliberais – que fracassaram no mundo todo e são espécie de fantasma que se tenta ressuscitar – e conservadoras, derrotadas nas últimas quatro eleições presidenciais, beneficiam, se tanto, 10% dos brasileiros. Encontrarão, como estão encontrando desde já, maciça oposição: de rua, parlamentar, judicial, simbólica, ideológica e social. Tudo isso tende a influenciar e pressionar as instituições, hoje circundantes ao redor da hegemonia conservadora que, contudo, sustenta-se – o golpismo

– numa “sociedade civil gelatinosa”, elitista, nada representativa. Mesmo com o empenho da mídia e a violência policial intimidatória, a história nos ensina que “não passarão”, como entoado por muitos. Até maio de 2018, contudo, os golpistas tem “passado”: a reforma trabalhista, a destruição da soberania e a prisão de Lula são exemplos, entre outros, vigorosos.

A complexidade e diferenciação da sociedade brasileira, cujo grau de organização política e social é substancial não tem sido suficiente até aqui para impedir a brutalidade institucional, judiciária, política e econômica contra os pobres e contra a esquerda. A própria participação ativa dos militares e mesmo mudanças no regime de governo não são descartadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O quadro político brasileiro expressa tanto a quebra da ordem constitucional democrática – representada pela Constituição de 1988 – como a imposição de uma agenda econômica derrotada nas quatro últimas eleições. Expressa portanto um duplo golpe: do *modus operandi* do jogo político institucional e do conteúdo das políticas, uma vez que não saído das urnas.

A desestabilização política, para além dos vetores internacionais, implicou a articulação das elites em detrimento da concepção de soberania nacional e da igualdade social. Para tanto, contou com agrupamentos políticos altamente mobilizados nos três poderes da República.

O “Estado de Exceção” que vigora no país desde 12 de maio de 2016, quando o “governo” provisório golpista assumiu, se perpetua a cada dia: nomeação com objetivos descaradamente políticos/partidários de Alexandre de Moraes ao STF; permanência do *modus operandi* militantemente faccioso das instituições judiciais, notadamente a Operação Lava Jato, o STF, a PGR, e seções do MP em alguns estados; manutenção de prisões arbitrárias e todo tipo de transgressão à Constituição, ao Direito Pena e ao Código do Processo Penal levado a cabo particularmente pela Operação Lava Jato com a vigorosa leniência do STF; violência policial às manifestações sociais da oposição e a perseguição crescente a militantes políticos de esquerda e a movimentos sociais; crescente fechamento institucional às insatisfações; derrogação de direitos sociais sem ampla negociação, uma vez que as decisões são circunscritas à maioria parlamentar conservadora e neoliberal, cujas ações voltam-se exclusivamente a transferir renda dos

pobres aos ricos, derogando-lhes direitos históricos nas diversas áreas sociais; desconexão, quase total, entre Governo e Sociedade, entendendo-se, esta, os amplos grupos descontentes seja com a forma como o “governo” Temer tomou o poder, seja com o conteúdo desnacionalizante, antipopular, antissocial e desestruturante de direitos das políticas adotadas; descrença nas instituições e no processo eleitoral e partidário; percepção generalizada de “imoralidade pública”; permanência da brutal manipulação dos processos políticos pela grande mídia, que narra a realidade à luz de interesses antipopulares/antissociais, portanto facciosos e elitistas.

A retomada da democracia política e social tem, portanto, um difícilíssimo caminho a trilhar. Contudo, como nos ensinou Maquiavel, a realidade só poderá ser alterada quando se é realista para compreendê-la...com vistas a alterá-la. A própria fluidez e complexidade da conjuntura nos obriga a ter cautela em sua compreensão, mas certamente a mobilização popular em torno do resgate da ordem constitucional democrática e dos direitos sociais são os elementos cruciais desse beco que se quer ter saída!

Todo esse processo parece ter duas grandes fontes: as manifestações de 2013, que involuntariamente abriram a porteira para a entrada de grupos sociais conservadores, que logo passaram a “dirigir” o conjunto dos grupos sociais mobilizados, em consórcio com os “aparelhos privados de hegemonia”, caso dos grandes meios de comunicação comercial, com a Rede Globo à frente; e a cruzada contra os juros altos capitaneada pelo Governo Dilma, razão maior para o desfazimento da grande aliança de classes estruturada desde o Governo Lula.

Essas duas variáveis, unidas, balançaram de cima a baixo a estrutura de poder petista, levando ao desfecho autoritário de 2016.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGA, Felipe de Queiroz. “O rasgar do véu: as manifestações de junho de 2013 e as contradições históricas” (2016). *Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)* - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

FONSECA, Francisco (2005). *O consenso forjado – a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil*. São Paulo, Hucitec.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010.

PORTAL CARTA MAIOR: www.cartamaior.com.br

VÁRIOS AUTORES (2013). *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo, Boitempo.